
MOVIMENTOS SOCIAIS: DEMOCRACIA, COMUNICAÇÃO E O QUINTO PODER COMO CONTRA-HEGEMONIA

SOCIAL MOVEMENTS: DEMOCRACY, COMMUNICATION AND THE FIFTH POWER AS AGAINST-HEGEMONY

Maria da Graça Mello Magnoni¹
Wellington dos Santos Figueiredo²

RESUMO: Os movimentos sociais não são ações meramente abstratas, destituídos de sentidos ou práxis. São constituídos por sujeitos, atores sociais que lutam diariamente contra injustiças históricas encravadas na sociedade. A imprensa, ao criminalizar um movimento popular, criminaliza os sujeitos neles inseridos e seus ideais. Entretanto, com o impulso comunicacional propiciado pela tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de veiculação de mensagens, nota-se uma nova forma de articulação no interior dos movimentos sociais, caracterizada pelo uso de ferramentas inovadoras, tais como as redes sociais, o uso de e-mails, petições, jornais digitais e vídeos para pautar suas reivindicações e alcançar mudanças sociais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Comunicação e Sociedade. Mídia e Produção de Sentidos. Quinto Poder.

ABSTRACT: Social movements are not merely abstract actions, devoid of meanings or praxis. They are constituted by subjects, social actors who fight daily against historical injustices embedded in society. The press, by criminalizing a popular movement, criminalizes the subjects in them and their ideals. However, with the communication impulse propitiated by technology in recent years and the emergence of new means of delivering messages, a new form of articulation within social movements is noted, characterized using innovative tools such as social networks, the use of e-mails, petitions, digital newspapers and videos to guide their claims and achieve social change.

Key words: Social movements. Communication and Society. Media and Meaning Production. Fifth Power.

1 Professora Assistente Doutora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências (FC) da/UNESP/Campus Bauru e Professora do Programa de Pós-Graduação Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC). Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru-SP e do Comitê Editorial da Revista Ciência Geográfica. E-mail: sofia@fc.unesp.br.

2 Bacharel e Licenciado em Geografia. Licenciado em Pedagogia. Mestre em Comunicação Midiática (UNESP-Bauru). Doutorando em Mídia e Tecnologia (UNESP-Bauru). Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru – SP e do Comitê Editorial da Revista Ciência Geográfica. Professor da Escola Técnica Estadual “Astor de Mattos Carvalho”, Cabralia Paulista - SP (Centro Paula Souza). E-mail: wellington.figueiredo@uol.com.br.

Artigo recebido em março de 2018 e aceito para publicação em junho de 2018.

“Quando a injustiça se torna lei, a resistência se torna um dever.”
Thomas Jefferson (1743-1826), terceiro presidente dos Estados Unidos.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

Função importante dos movimentos sociais é promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, por meio da redefinição de papéis, normas, criação de identidades (individuais e coletivas), conteúdo e modos de interpretação de discursos existentes nesta esfera.

Dentro de um contexto democrático, a explicitação do conflito permite que determinadas temáticas adentrem o espaço público mediado pelo uso estratégico da mídia e da influência da opinião pública. Desta forma, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos e culturais nos quais estão inseridos. Eles podem demandar a mudança ou a manutenção do ambiente em que estão fincados; podem também questionar a forma pela qual as decisões políticas são tomadas, demandando uma maior participação popular nos campos decisórios.

É sabido que liberdade, igualdade e participação conduziram à celebre formulação da política democrática de “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Entretanto, as sociedades são marcadas pelas cicatrizes da desigualdade e injustiça. Têm-se que democracia, e a sua irmã sanguínea, a cidadania, dependem da ação de indivíduos e grupos que lutam por melhorias. Direitos são conquistados por meio de lutas e reivindicações. No calor da luta pela cidadania é que se forjam cidadãos. Os movimentos sociais são essenciais na tarefa de exigir do Estado o reconhecimento dos direitos que compõem a cidadania e para que os próprios cidadãos discutam entre si quais devam ser esses direitos. E sobre o Estado os movimentos sociais exercem influência porque inúmeras vezes as suas ações afetam as opiniões dos eleitores, o que faz com que os políticos passem a considerá-los. Fundamental ressaltar a importância assumida comunicação no impulso e consolidação da cidadania (em especial com o advento da Web 2.0³), por potencializar as pessoas a se sentirem sujeitos dos seus direitos e, ainda mais, serem capazes de protagonizar mudanças em benefício dos direitos coletivos.

O tema dos movimentos sociais se entrelaça com o da cidadania. A história desses movimentos configura-se na história de grupos, em geral, desprivilegiados, que lutaram (e ainda lutam) para ampliação dos seus direitos de cidadãos. A cidadania tem como chão de luta o contraespaço.

O contraespaço é a expressão dessa dialética do privado e do público, num plano micro, e sociedade civil e sociedade política, no plano macro da organização societária. O recorte que as contradições privado-público e sociedade-Estado cravam no coração do todo do espaço da ordem. E cujo âmbito logístico é declarado o território da subversão e da mudança por seus sujeitos.

Toda a trama da tensão estrutural com que genealogicamente se relacionam sociedade e espaço, toda a complexa reciprocidade de determinação que entre uma e outra se estabelece, se contém assim nessa relação de espaço e contraespaço. Não há espaço sem contraespaço, e vice-versa, contraespaço sem espaço, dado o próprio caráter ontológico de um e de outro, a essência contraditória da relação localização *versus* distribuição.

Pode-se, por isso, falar, assim, de uma sociedade de espaço e contraespaços, no sentido de uma estrutura societária em que o conflito já se institui desde a base da estrutura espacial, e que a regulação ordenatória visa territorialmente controlar pela norma e circunscrever pela regra de coabitação consensual-coercitiva no horizonte da relação de classe. De que a sociedade burguesa é, sem dúvida, a forma prototípica. (...)

As formas de contraespaço têm, por isso mesmo, um caráter diverso em seu conteúdo e modo de ocorrência. É contraespaço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, o surgimento de uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, a luta pelo direito à cidade, uma manifestação de rua, um movimento de embargo de uma obra de efeito ambiental de uma comunidade, mas também a segregação urbana da classe média, o embargo territorial de setores de dominantes excluídos do bloco de poder instituído como governo central dentro do bloco histórico.

Tudo num sentido conceitual de exclusão que varia de natureza e significado segundo o sujeito de sua autoria. Razão por que é o contraespaço dos excluídos sociais a forma de levante que acaba por dar a marca de imagem do contraespaço como uma forma de luta contra o espaço instituinte da ordem dominante. E o efeito do contraespaço oscila entre uma radical transformação e uma simples mudança da ordem de exclusão estrutural que espacialmente contesta. (MOREIRA, 2012, p. 211-217)

Enquanto existirem classes dominantes que defendam o consenso hegemônico, outras resistem e interpretam a sociedade como construída por sujeitos históricos inseridos em grupos sociais distintos (HOBBSAWN, 1995). Os movimentos sociais são, portanto, atores fundamentais na construção de espaços deliberativos de forma a manter uma postura crítica em relação às instituições públicas, procurando tematizar novas questões que serão analisadas e comparadas com as propostas já existentes, colaborando, assim, com o processo de aprofundamento democrático.

Consideremos que movimento indica mudança de lugar e, aqui, movimento social quer exatamente significar que determinados segmentos sociais ao se movimentarem estão recusando os lugares que a sociedade, através de seu polo hegemônico, quer lhes atribuir. O movimento social é a sociedade instituindo novos lugares (PORTO-GONÇALVES, 1998).

2 MÍDIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A história da humanidade é escrita diariamente por seus personagens. Compreender as modificações da sociedade impressas nos fatos diários não é algo fácil. Os números de acontecimentos são muitos. Para ficarmos a par dos principais eventos, comumente recorreremos aos órgãos de imprensa. É por meio da mídia impressa (jornais e revistas), televisiva, radiofônica e, hoje em dia, pela internet, que nos alimentamos de informações. Ou seja, os meios de comunicação são as matérias-primas que nutrem nossas opiniões. Por meio dos seus instrumentos é que obtemos as informações que norteiam nossas avaliações. Contudo, as mídias não são “inocentes”. Suas intenções são manifestadas de maneira a induzir o receptor a crer que está absorvendo a “verdade”.

Para Santos (2003, p. 17), “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”, coexistindo uma tríade de sensações. A primeira é o mundo tal como nos fazemos vê-lo, a “fábula” que edifica e divulga como verdadeiros certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação. Um

segundo modo é “o mundo tal como ele é”, a perversidade externada pela fome, concentração de renda, desigualdades sociais entre outras chagas que são, direta ou indiretamente, imputáveis ao processo desumano de globalização. O terceiro vértice é “o mundo como ele pode ser”, a possibilidade de uma globalização mais humana, que realmente atenda aos anseios da humanidade em todas as diversidades (SANTOS, 2003).

Nem sempre o texto segue um caminho coeso entre emissor e receptor. A mensagem pode conter ruídos, o que dificulta a compreensão. Reforçando essa ideia, Santos (2003) explica que

...numa sociedade complexa como a nossa somente vamos saber o que houve na rua ao lado dois dias depois, mediante a uma interpretação marcada pelos humores, visões, preconceitos e interesses das agências. O evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos (SANTOS, 2003, p. 40).

Para Barros (1988, p. 64): “O discurso constrói a sua verdade”. Assim sendo, o que o receptor consome é uma versão dos acontecimentos, a visão que determinado órgão de imprensa assume sobre o evento. Obviamente que, expressando a sua ótica, o transmissor procura transformar sua opinião em “verdade”.

Por natureza, todo discurso caracteriza-se por ser persuasivo. Sua composição encorpa instância simbólica de representação, um recorte criador de determinada realidade. Quem emite opta pela utilização de certas palavras em detrimento de outras, seleciona imagens para impactarem o receptor e ampliar o poder de sedução/persuasão. Tais procedimentos pavimentam a estrada que leva para o receptor à trama narrativa na forma de notícias. Desta feita, a notícia além de “satisfazer a necessidade de informação do consumidor”, como diz Serva (2001), também satisfaz o desejo do veículo de comunicação em externar/persuadir a sua versão dos fatos. Afinal, a linguagem é um símbolo engravado em nossa existência.

“Entre quatro paredes” é uma peça de teatro escrita pelo filósofo francês Jean Paul Sartre. Nesse texto, Sartre narra a história de três personagens que ao desencarnarem têm suas almas conduzidas ao inferno. Assim que chegam ao seu destino, os três, são trancados numa sala onde existem adereços simples, tudo muito rústico, e ali permanecem condenados a uma vigília eterna. O enredo da peça gira em torno da insuportabilidade do outro, caracterizando que, o inferno é, para cada um dos três, os outros dois. Dessa trama, Sartre conclui, naquela que é, provavelmente, a sua sentença mais célebre: “O inferno são os outros”.

Para Aquino et al. (2012, p. 11) “... a história da sociedade brasileira tem sido apresentada de forma conservadora, elitista, facciosa, distorcida da realidade.” A mídia, de modo geral, exerce importante influência no processo de criminalização dos movimentos sociais, enquanto instância de controle informal. Este meio ideológico, em geral, busca desqualificar, ou ainda, “satanizar” as ações dos movimentos, colocando-os como algozes, responsabilizando-os pela intransigência, intolerância e violência. Acontece um descredenciamento dos movimentos sociais, apresentando-os como grupos subversivo-revolucionários, arruaceiros, desordeiros e criminosos, muitas vezes com teor terrorista. A denúncia distorcida e as falsas acusações tornam-se atualmente as atitudes mais comuns que a grande mídia utiliza para “demonizar” os movimentos sociais, tratando-os como insignificantes, irresponsáveis, que atentam contra as leis do mercado e trazem prejuízos para a economia e a ordem pública.

O processo de criminalização dos movimentos sociais não é um fenômeno recente na América Latina, e menos ainda no Brasil. Ao contrário, o jornalismo moderno brasileiro, por exemplo, foi marcado, desde a sua origem, por uma

demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares. Basta mencionar a revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, o primeiro grande evento nacional para cuja cobertura foram enviados correspondentes dos grandes jornais da época, situados principalmente na capital da nascente República e, secundariamente, em São Paulo (ARBEX JUNIOR, 2003, p. 149). Os jornais da época foram responsáveis por ataques sistemáticos à experiência de Canudos, rebaixando seus moradores e acusando Conselheiro de lunático. (...) a imprensa da época tratou de gerar um clima de histeria em torno de Canudos e disseminou notícias controversas sobre as motivações de Conselheiro e seus seguidores. (LEITE; DIMENSTEIN; XIMENES, 2016, p. 94.)

A grande mídia, em seu discurso, tenta convencer o receptor da neutralidade e da imparcialidade da sua notícia, quando, na verdade, ele está afinado com o interesse de grupos empresariais, cada vez mais fortes e concentrados, que impõem as suas pautas à sociedade. É nesse cenário que a mídia se apresenta como um importante instrumento de manutenção do consenso em torno de interesses políticos e econômicos que, na realidade, configuram o processo de construção das notícias, cujas mensagens transmitidas formam a opinião pública sobre os acontecimentos.

Os meios de comunicação manifestam-se como grandes aliados das elites controladoras do capital internacional. A mídia predominante divulga valores como iniciativa individual, voluntariado apolítico, eficiência técnica e despreza as atividades coletivas de reivindicação política. (SOUZA, 2015, p. 32)

Irados editoriais, grandes manchetes, fotos provocadoras, notícias exageradas, produções novelistas, literárias, colunas e o jornalismo tendencioso e sua promíscua relação com o poder, buscam fazer constantes críticas aos movimentos sociais, tratando-os de subversivos, revolucionários entre outros rótulos ora dados. Substitui a notícia das razões das manifestações pelos confrontos com a polícia. Conhece-se um movimento a partir do confronto. Os movimentos sociais só se tornam notícias em destaque quando a polícia entra em confronto com eles. É por isso que muitos os rejeitam sem conhecê-los a fundo. Por outro lado, o discurso da manutenção da ordem social e a ideologia dominante retransmitido pela mídia fazem esconder as injustiças sociais, a concentração de renda, as desigualdades sociais e a manutenção do poder e do sistema vigente.

Assim, a mídia monopolizada nada tem a ver com a suposta “liberdade de informação” pretensamente assegurada pelas economias capitalistas liberais. Ao contrário: ainda que as várias corporações que controlam a “grande mídia” disputem o mercado e persigam o “furo” jornalístico, isso não é suficiente para assegurar a livre circulação das informações, e menos ainda das ideias, já que a própria concorrência entre elas é regulada pelo mercado. Além disso, não raro os compromissos políticos são mais fortes do que a concorrência, o que faz com que certas notícias simplesmente não sejam divulgadas, ao passo que outras são intensamente fabricadas. O monopólio da comunicação, de fato, atenta contra o exercício das liberdades fundamentais previstas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em particular os direitos à “liberdade de expressão” (artigo 19), de “tomar parte nos negócios públicos” (artigo 21), de “exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais”

(artigo 22), de “tomar parte livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e dos benefícios que dele resultam” (artigo 27), e o direito à privacidade e de não sofrer ataques à honra e à reputação (artigo 12). (ARBEX JUNIOR, 2004, p. 390-391)

Os movimentos sociais não são ações meramente abstratas. São constituídos por sujeitos, atores sociais. A imprensa, ao criminalizar um movimento popular, criminaliza os sujeitos neles inseridos, a ideologia progressista colada em seus braços. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social. Nota-se, principalmente, a incansável procura pela deformação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Estes movimentos sociais são retratados com uma narrativa simplória como aqueles que invadem a terra alheia e erguem acampamentos, ocupam prédios vazios, porque os meios de comunicação trabalham para estabelecer essa visão desfavorável à sociedade, independentemente dos princípios de liberdade e isenção defendidos em público pelos donos da mídia. A imprensa finge desconhecer as ações voltadas para a superação da desigualdade na distribuição de terras e a luta pela soberania alimentar (MST) e pela humanização das áreas urbanas, exemplo claro da transformação social e desigual da sociedade (MTST). A compreensão sobre o papel político da mídia, no mundo contemporâneo, mostra-nos a parcialidade da sua cobertura.

Como uma questão de teoria geral, é útil reconhecermos que os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção. É verdade que os meios de comunicação, das formas físicas mais simples da linguagem às formas mais avançadas da tecnologia da comunicação, são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos. Contudo, eles não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção. (WILLIAMS, 2011, p. 69)

Os meios de comunicação, na forma em que hoje existem, dificilmente darão espaço para a expressão ou a constituição de interesses conflitantes aos seus. Com isso, a situação é delicada para os movimentos sociais, cada vez mais criminalizados pelo pensamento único da grande mídia. Mas, ao tentar incriminar os movimentos sociais, a classe dominante, através dos meios midiático, enquadra os fatos acontecidos como pensamentos da sociedade como um todo. A ideologia dominante é colocada como um conjunto de ideias consensuais de todos os indivíduos da sociedade. Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes.

Para Pedon (2013, p.39) “o território é a expressão da disputa de poder entre classes antagônicas”. Delineasse, assim, que os movimentos sociais, ao expressarem as contradições da sociedade, estão relacionados ou mediados, com as contradições de classe. Razão pela qual os movimentos serem fatos minimizados, justamente por mobilizarem a população em várias partes do País. Em sua maioria foram e até mesmo são violentamente reprimidos pelas forças dos governos. A memória histórica tem sido descaracterizada para dar lugar a uma visão de que quem dispõe de condições e de capacidade para dirigir

e governar são sempre minorias proprietárias e elites intelectualizadas, monopolizadoras dos meios de comunicação e informação – mentalidade que permanece até os dias atuais e só contribui para manter a acomodação e o autoritarismo.

3 NETATIVISMO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA GLOBAL

O protagonismo social e político dos movimentos sociais ganhou uma nova forma de expressão com a utilização da internet como aliada e instrumento de luta. Segundo Castells (2004, p. 255), a “internet é o tecido de nossas vidas neste momento. Não é futuro. É presente.” A cibercultura ampliada pela rede mundial de computadores traz consigo um padrão global de desenvolvimento tecnológico e toda sorte de modificações culturais, que provocam uma gradativa e também profunda revolução nos hábitos coletivos de pensar, de viver, de aprender e, sobretudo, de se comunicar.

A sociedade contemporânea presencia uma fase de muitas transformações diante da globalização, da desterritorialização da informação, do conhecimento com as novas tecnologias das quais emergem novos paradigmas sociais, culturais, econômicos que, porém, acarretam problemas em todas as instâncias sociais. Como reflexo desse cenário, movimentos sociais, instituições privadas e organizações não-governamentais se movimentam em busca de minimizar mazelas dessa conjuntura da sociedade. (LUVIZOTTO; GONZALES; CALONEGO, 2017)

Para Gohn (2014), fatias da sociedade são impactadas com a perda constante de direitos, tornando-as cada vez mais precárias.

“Precariado” é a nova denominação dada aos cidadãos deste novo século, os filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes etc. É um novo proletariado do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados, sem garantias legais. (GOHN, 2014, p. 16)

Dentro da visão de Cohen e Arato (apud PEREIRA, 2011), o escopo dos movimentos sociais contemporâneos é o de promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, objetivando a redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas) conteúdos e modos de interpretação de discursos existentes na esfera pública. Desta forma, o desenvolvimento de políticas de inclusão – novos atores sociais reconhecidos como legítimos representantes dentro da sociedade política – e políticas de influência – por meio da mudança nos discursos políticos, de forma a levarem em conta novas identidades, necessidades, interpretações e normas – é fundamental para este projeto de sociedade civil democratizada.

Com o impulso comunicacional propiciado pela tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de veiculação de mensagens, nota-se uma nova forma de articulação no interior dos movimentos sociais, caracterizada pelo uso de ferramentas inovadoras, tais como as redes sociais, o uso de e-mails, petições, jornais digitais e vídeos para pautar suas reivindicações e alcançar mudanças sociais. A presente era é dominada pela tecnologia e marcada pela facilidade de receber informação a qualquer momento. A internet, com o avanço tecnológico e o advento das redes sociais digitais, encampou-se em uma plataforma de comunicação plural e conflitiva, com mobilidade e agilidade, facilitando o intercâmbio e o compartilhamento não só de textos e de imagens, mas de outros formatos multimídia.

Na atualidade, a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram um novo momento para a sociedade contemporânea. Esse momento se caracteriza pela crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Também se caracteriza por sua forma de organização em redes⁴; pela flexibilidade e instabilidade do emprego; por uma cultura construída a partir de um sistema de mídia onipresente; por uma alteração na base técnica da produção. Esse processo vem transformando as bases materiais da vida, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e aumentando o consumismo, ampliando e induzindo a pobreza, incitando a ganância e a inovação (CASTELLS, 2000).

Por meio da internet pode-se ultrapassar a censura ideológica e as políticas editoriais dos meios de comunicação tradicionais, como a televisão, o rádio e a mídia impressa. Com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) espera-se, de acordo com o seu potencial, disseminar os conteúdos informacionais com o máximo de intercâmbios, buscando a interação, o apoio, as críticas, as sugestões que, no caso do ativismo social, traduz-se em expressar por meio de seus atores, da forma mais diversa e abrangente possível, a luta pela concretização da cidadania (MORAES, 2000).

A Web 2.0 serve de grande atrativo para a articulação dos movimentos sociais, pois nela é possível a interação coletiva por intermédio de comunidades formadas em torno de interesses específicos, dar apoio a causas, além de discutir temas individuais ou temas de relevância coletiva, levando assim a opinião pública a reflexão e disseminar informações políticas e sociais (LUVIZOTTO, 2015). O avanço tecnológico e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiram a aproximação dos diversos movimentos existentes com seus apoiadores e uma nova forma de se manifestar. A internet e o ciberespaço possibilitaram que pessoas de qualquer lugar do mundo, que se identificam e lutam pela mesma causa, se unissem virtualmente para mobilizar, disseminar informações e lutar pelos diversos direitos dos cidadãos (LUVIZOTTO, 2016).

Para Castells (2013),

(...) O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar as redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais. (CASTELLS, 2013, p. 165)

Com o advento da mídia digital, percebe-se certa emancipação dos movimentos sociais, quanto à midiaticização dos acontecimentos de seu interesse, visto que devido às possibilidades oferecidas, especialmente pela internet, com a descentralização da produção e veiculação de produtos midiáticos, os movimentos optam por produzir as suas tematizações.

A liberdade da mídia não passa de uma extensão da liberdade coletiva de expressão, um dos fundamentos da democracia. Enquanto tal, não pode ser confiscada por um grupo de poderosos. Além do mais, ela implica uma responsabilidade social e, conseqüentemente, seu exercício deve permanecer, em última instância, sob o controle responsável da sociedade. Pois a mídia é, atualmente, o único poder sem um contrapoder, criando-se, dessa forma, um desequilíbrio prejudicial para a democracia (RAMONET, 2017).

A relação existente entre movimentos sociais e mídia, sempre foi marcada pela instabilidade e injustiças. A mídia, ao longo dos anos, tem contribuído para cristalizar uma imagem negativa e de retrocesso nos movimentos sociais. Se os movimentos sociais fazem uso do novo instrumental de disseminação propiciado pela Web 2.0, a mídia também se utiliza desse receituário, migrando a sua pauta frente aos movimentos para outras esferas da informação. Muda o cenário, mudam-se os instrumentais, mas permanece a ideologia.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS, QUINTO PODER E CONTRA-HEGEMONIA

Se for necessário que um sentimento seja partilhado, é no campo da comunicação em rede onde os movimentos ganham força. No contexto das redes sociais digitais uma nova lógica de fluxo informativo surge. Antes, havia um único transmissor e uma massa de receptores, que até poderia opinar, desde que sobre o tema proposto pelo emissor – ou pelos meios de comunicação de massa: a televisão, os jornais impressos, o rádio etc. Atualmente, as informações digitais são acessíveis por todos e são produzidas também por todos. A rede mundial de computadores dispõe da vantagem incomparável de ser meio audiovisual com recursos para propiciar comunicação multilateral, que permite ao internauta, a sensação de efetiva presença e colaboração em uma atividade da qual ele esteja participando em tempo real.

O diferencial da atualidade é que parece haver uma vantagem do lado do contrapoder, devido ao fato de que os movimentos sociais estão se tornando locais e globais conforme a tecnologia da informação aumenta. Os eventos locais, com pessoas físicas, tornam-se globais por imagens e vídeos na rede. As redes servem como sustentáculo das novas formas de movimentos sociais, dando forma, razão e imagem aos mesmos. As imagens veiculadas no ciberespaço se espalham com uma velocidade surpreendente. Nessa nova interação, os movimentos expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade. Assim, forma-se uma cultura contestatória cosmopolita (CASTELLS, 2013).

A mídia e a tecnologia são os verdadeiros veículos da função epistemológica para a compreensão do mundo globalizado. Atualmente, em função do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, sem precedentes na história da humanidade, vivemos num mundo em que os entendimentos e saberes sobre os lugares e pessoas que neles vivem estão cada vez mais fundados nos discursos midiáticos expostos em diferentes plataformas tecnológicas. Isso significa dizer que, somado aos conhecimentos que construímos diretamente em nossa relação com o meio, uma parte significativa de nossos saberes é erigida a partir da relação que temos com os mais variados meios de comunicação.

O surgimento de um sistema de mídia tão altamente concentrado nas mãos de grandes interesses privados viola, de forma fundamental, qualquer noção de imprensa livre na teoria democrática. O problema de ter ricos proprietários privados dominando o jornalismo e os meios de comunicação de uma sociedade tem sido sempre bem entendido: o jornalismo, em particular, que é o oxigênio necessário para que a autogestão seja viável, será controlado por aqueles que se beneficiam da desigualdade existente e da preservação do status quo. (MCCHESENEY, 2004, p. 232.)

A criminalização dos movimentos sociais torna-se uma arma manipulada por poderosos agentes da sociedade e do Estado, em especial, tendo a mídia como importante e poderosa aliada nessa empreitada. Mediante a essa cruzada, é vital uma reação em conjunto dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada para contrapor, não só os efeitos, mas sobretudo as causas que a alimentam.

Emerge, nesse cenário, a efetivação de um “quinto poder”⁵ (RAMONET, 2013, 2017).

A globalização econômica é também a globalização da mídia de massa, da comunicação e da informação. Preocupados, acima de tudo, em ver triunfar seu gigantismo – o que obriga a adular os outros poderes –, estes grandes grupos deixaram de ter como objetivo cívico o de ser um “quarto poder”, assim como deixaram de denunciar os abusos contra os direitos ou de corrigir as disfunções da democracia para polir e aperfeiçoar o sistema político. Não pretendem se apresentar como um “quarto poder” e, menos ainda, como um contrapoder.

Quando, eventualmente, podem constituir um “quarto poder”, este se junta aos outros poderes existentes (político e econômico) para esmagar o cidadão como poder suplementar, como poder da mídia.

Portanto, a questão que se coloca, em termos de cidadania, é a seguinte: Como reagir? Como se defender? Como resistir à ofensiva deste novo poder que, de certa forma, traiu os cidadãos passando-se, com armas e bagagens, para o inimigo?

Basta, simplesmente, criar um “quinto poder”. Um “quinto poder” que nos permita opor uma força cidadã à nova coalizão dos senhores dominantes. Um “quinto poder” cuja função seria a de denunciar o superpoder dos grandes meios de comunicação, dos grandes grupos da mídia, cúmplices e difusores da globalização liberal. Meios de comunicação que, em determinadas circunstâncias, não só deixaram de defender os cidadãos, mas, às vezes, agem explicitamente contra o povo. (RAMONET, 2017).

A grande mídia alinha as suas pautas às elites conservadoras atreladas ao capital internacional, procurando dar vida a um consenso sobre valores simbólicos dominantes. O uso do netativismo pelos movimentos sociais, materializando a possibilidade de um “quinto poder”, joga luz à conscientização e a transformação social e política, a luta pela cidadania, o apontamento das causas de problemas sociais e políticos e a indicação das possíveis ações, soluções e decisões a serem tomadas.

Castells (2003) atenta para o fato de a internet colocar as pessoas em contato umas com as outras à semelhança da *Ágora*⁶ grega, onde discussões e debates são travados, conhecimentos são ampliados e uma conversação se estabelece com vistas à cidadania.

Os movimentos sociais passaram a atuar em rede entre si e com outros atores sociais e construíram uma forma de luta, coordenando e conduzindo suas ações com o uso da internet. Foram capazes de criar novas oportunidades de se apresentar ao mundo, de legitimar as ações, de divulgar as demandas pelas quais lutam, de pressionar os meios de comunicação tradicionais a noticiarem com menos parcialidade fatos ligados a eles e de eles próprios noticiarem fatos ligados às suas lutas.

Para Rosseto (apud Moraes, 2000)

O fato de as forças progressistas terem seus próprios canais de comunicação possibilita-nos uma maior credibilidade, uma vez que as notícias neles veiculadas estão sob a ótica das próprias forças progressistas, sem filtragem,

censura ou deturpação dos fatos. Uma coisa é ler uma notícia sobre a política de privatizações em um meio de difusão controlado ou influenciado pelo governo, que tem todo o interesse em promovê-las. Outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem se opõe a tal política. Nesse sentido, uma *homepage* feita pelas forças progressistas possibilita, e muito, a divulgação de seus pontos de vista. Os meios de comunicação massiva funcionam como uma espécie de filtro entre o que deve ser noticiado, destacado ou deturpado e ocultado. A internet rompe com essa intermediação. Por isso, pode facilitar que os agentes das notícias também sejam os agentes que fazem esse acontecimento chegar até o conhecimento da sociedade. (ROSSETO apud MORAES, 2000, p. 145-146)

No México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional fez amplo uso dos recursos oferecidos por correio eletrônico e fóruns de discussão para canalizar os protestos e reivindicações, chamando a atenção da mídia, de organizações não-governamentais e de segmentos da sociedade civil para crise enfrentada pelos camponeses – a grande maioria indígena – na luta pelo direito à posse de suas terras. (PORTO-GONÇALVES, 1998; CASTELLS, 2000; MORAES, 2000).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é outro movimento social que utiliza estratégias de comunicação em rede como trincheira contra o “latifúndio midiático” que contamina a democracia. Por conta da atuação do netativismo, o MST passa a ser cada vez mais conhecido, colaborando para derreter o gélido preconceito alçado ao movimento. O ativismo on-line pode, inclusive, favorecer a militância como um todo, pois pautas e eventos relacionados ao movimento passam a ser melhor divulgados e conhecidos e o público se mantém em maior contato com os assuntos. Assim, MST considera que a internet proporciona à campanha pela reforma agrária um amplo canal de comunicação com a sociedade. (MORAES, 2000)

O ciberespaço é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores. Ele permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades, inclusive as comunidades (comunidades virtuais) não existentes anteriormente.

(...)

O ciberespaço não somente permite que qualquer um se exprima, como autoriza um grau de acesso à informação superior a tudo aquilo que se podia experimentar antes. (LÉVY, 2004, p. 375-376)

A nova ambiência comunicacional, a internet, produz uma lógica que reconfigura os processos de mobilização social e de cidadania. Ao utilizarem-se dos recursos modernos dos meios de comunicação para dar visibilidade às suas lutas e conquistas, os movimentos sociais redimensionam as suas práticas e lutas sociais. Ou seja, as suas lutas, embora localizadas territorialmente, conseguem dialogar com a sociedade civil tanto de seus países, como do mundo, possibilitando um diálogo interativo entre o local e o global.

NOTAS

3 Sinteticamente, podemos classificar a evolução da plataforma Web em três fases:

Web 1.0: Sites com conteúdos estáticos, produzidos majoritariamente por empresas e instituições, com pouca interatividade entre os internautas;

Web 2.0: Conteúdos produzidos pelos próprios internautas e maior interatividade online;

Web 3.0: Esta nova geração prevê que os conteúdos on-line estarão organizados de forma semântica, muito mais personalizados para cada internauta, sites e aplicações inteligentes e publicidade baseada nas pesquisas e nos comportamentos. Esta nova fase da Web também é conhecida como “A Web Inteligente”.

4 A organização do espaço geográfico por meio das redes eliminou a necessidade de fixar as atividades políticas, econômicas e até terroristas, em determinados lugares. Isso vale para o grande número de atividades que podem ser executadas a partir de qualquer parte do mundo, bastando que esses locais estejam conectados. O espaço geográfico hoje tende a se tornar um meio técnico-científico informacional, impregnado pela tríade ciência, técnica e informação, o que resulta em uma nova dinâmica territorial (Santos, 1996). Até pouco tempo, a superfície do planeta era utilizada de acordo com divisões produzidas pela natureza ou pela história, chamadas de regiões. Essas regiões correspondiam à base da vida econômica, cultural e política. Atualmente, devido ao processo das técnicas e das comunicações, a esse território se sobrepõe um território das redes que, em primeira análise, fornece a impressão de ser uma realidade virtual. Mas, ao contrário do que se possa imaginar, não se trata de um espaço virtual. Para Castells (2002, p. 565): “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Assim, as redes são realidades concretas, formadas por pontos interligados, que se tendem a espalhar por toda a superfície mundial, ainda que com desigual densidade, conforme os continentes e países. Santos (1996, p. 215) afirma que “a existência das redes é inseparável da questão do poder”. Essas redes se constituem na base da modernidade e na condição necessária para a plena realização da economia global. Elas formam e constituem o veículo que permite o fluxo das informações, que são hoje o mecanismo vital da globalização. Moreira (2006) aduz que a organização em rede vai mudando a forma de conteúdo dos espaços deixando-os simultaneamente mais fluídos e as distâncias perdem seu sentido físico diante do novo conteúdo social do espaço. Antes de mais nada, é preciso se estar inserido num lugar, para se estar inserido na geopolítica da rede. Uma vez localizado na rede, pode-se daí puxar a informação, disputar-se primazias e então jogar-se o jogo do poder. Enfim, a informação se torna a matéria-prima essencial do espaço-rede.

5 Há muitas e muitas e muitas décadas que a imprensa e os meios de comunicação representam, no contexto democrático, um recurso dos cidadãos contra os abusos dos poderes. Na realidade, os três poderes tradicionais – legislativo, executivo e judiciário – podem falhar, se equivocar e cometer erros. Com maior frequência, é claro, nos Estados autoritários e ditatoriais, onde o poder político se torna o principal responsável por todas as violações de direitos humanos e por todas as censuras contra as liberdades.

Mas também são cometidos graves abusos nos países democráticos, embora as leis sejam democraticamente votadas, os governos eleitos por sufrágio universal e a justiça seja – em teoria – independente do poder executivo.

Em tal contexto democrático, os jornalistas e os meios de comunicação consideraram, com frequência, ser um dever importante denunciar estas violações de direitos.

Foi por este motivo que, durante muito tempo, se falou no “quarto poder”. Definitivamente, e graças ao senso cívico dos meios de comunicação e à coragem de jornalistas audaciosos, as pessoas dispunham deste “quarto poder” para criticar, rejeitar e resistir, democraticamente, às decisões ilegais que poderiam ser iníquas, injustas e até criminosas para com pessoas inocentes. Dizia-se, muitas vezes, que era a voz dos sem-voz. (Ramonet, 2017)

6 Ágora era a denominação designada às praças públicas na Grécia Antiga. Nestas praças ocorriam reuniões onde os gregos, principalmente os atenienses, discutiam assuntos ligados à vida da cidade (*pólis*).

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Rubim Santos Leão et al (Orgs.). **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- ARBEX JUNIOR, José. **O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- _____. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 385-400.
- BARROS, Diana L. Pessoa. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2).
- _____. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- _____. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 255-288.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- _____. **O poder da comunicação**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- MCCHESENEY, Robert W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp.217-242.
- GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- LEITE, Jäder F; DIMENSTEIN, Magda; XIMENES, Verônica M. Criminalização dos movimentos sociais do campo. Algumas reflexões a partir do MST. In: HUR, Domenico U; LACERDA JÚNIOR, Fernando. (Orgs.). **Psicologia, política e movimentos sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes. 2016. p. 93-105.
- LÉVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 367-384.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. **Liinc em Revista**, n. 11, p. 14-27, 2015.
- _____. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 297-312. 2016.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus; GONZALES, Natália dos Santos; CALONEGO, Renata. Comunicação e movimentos sociais: a atuação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação na internet. *Revista Organicom*, v. 14, n. 26, set. 2017. Disponível em:

- <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/1092>>. Acesso em: 16 set. 2017
- MORAES, Dênis. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 2, p. 142-155, 2000.
- MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia e Movimentos Sociais no Processo de globalização em curso: apontamentos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Goiânia, n. 24, p. 19-30, 1998.
- RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis et al (orgs.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p.85-102.
- _____. O quinto poder. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd211020032.htm>>. Acesso em: 16 maio 2017.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.
- SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **As mídias radicais do MST: representações políticas e culturais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- AQUINO, Rubim Santos Leão et al (Orgs.). **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro, 2015.
- BRINGE, Breno Marqués. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia-Goiás, v. 27, n. 2, p. 35-49 jan./jun. 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre-RS: L&PM, 2017.
- SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.